

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA

Marília de Farias Nogueira

**A INTERVENÇÃO DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO DO DEFICIENTE
INTELECTUAL**

Monografia do curso de Pós-Graduação em Educação
Inclusiva e Deficiência Intelectual pela
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SÃO PAULO

2013

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
Marília de Farias Nogueira

**A INTERVENÇÃO DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO DO DEFICIENTE
INTELLECTUAL**

Monografia do curso de Pós-Graduação em Educação
Inclusiva e Deficiência Intelectual pela
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Darcy Raiça
Coordenadora do curso de pós-graduação em
deficiência intelectual e educação inclusiva da Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo

SÃO PAULO
2013

FOLHA DE APROVAÇÃO

Darcy Raiça

DEDICATÓRIA

Dedico todo este trabalho e a conquista de mais uma etapa da minha vida aos meus pais que tanto me apoiaram, estando sempre ao meu lado e me dando muito amor.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à Deus por ter iluminado toda essa trajetória e me dado força e coragem para não desistir;

Aos meus Pais que sempre estiveram ao meu lado me apoiando e me ajudando, me mostrando o quanto sou capaz. Que dedicaram muito do tempo deles para mim e meus irmãos, sempre com muito amor, carinho e união;

Aos meus queridos irmãos, que de certa forma, foram a inspiração para a escrita deste trabalho, que têm paciência comigo e me proporcionam momentos maravilhosos;

À todas as pessoas especiais que mesmo indiretamente contribuíram para a realização de mais essa etapa da minha vida, essas pessoas eu posso realmente chamar de amigas.

Muito obrigada a todos vocês!

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade abordar a questão da educação do deficiente intelectual dentro da família e de como esta pode contribuir no crescimento educacional do mesmo.

A partir de uma pesquisa histórica e bibliográfica e do exemplo de uma família com um filho deficiente intelectual, podemos perceber o quanto o apoio dos pais é importante para o desenvolvimento escolar e social do filho, para que assim, ele possa vir a se tornar uma pessoa independente.

Entretanto, não podemos descartar o papel da escola e dos demais profissionais que juntamente com a família devem visar sempre o potencial da criança, levando em conta suas habilidades.

Palavras-chave: Inclusão, família, escola, deficiência intelectual, habilidades adaptativas.

**"Tudo vale a pena quando a
alma não é pequena"
Fernando Pessoa**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 – DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	
1.1 – Conceito	10
1.2 - A deficiência intelectual ao longo da história	12
1.3 - Habilidades Adaptativas	14
1.4 – Diagnóstico	15
1.5 - Deficiência intelectual X doença mental	17
2 – A INCLUSÃO DO DEFICIENTE INTELECTUAL NA FAMÍLIA E NA ESCOLA	18
2.1- Escola dos diferentes ou escola das diferenças?	22
2.2- A inclusão do deficiente intelectual na escola	23
3- O PAPEL DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO DO DEFICIENTE INTELECTUAL	25
3.1 - A superproteção na educação do deficiente intelectual	28
4 - A FAMÍLIA E A EDUCAÇÃO: UM EXEMPLO A OBSERVAR	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36

INTRODUÇÃO

A deficiência intelectual é definida pela American Psychiatric Association (APA, 2002) como “um comprometimento intelectual significativamente inferior à média, acompanhado de limitações importantes no funcionamento adaptativo em pelo menos duas das seguintes áreas de habilidades: comunicação, autocuidados, vida doméstica, habilidades sociais/interpessoais, uso de recursos comunitários, autossuficiência, habilidades acadêmicas, trabalho, lazer, saúde e segurança”.

Este comprometimento deve ocorrer antes dos 18 anos de idade, e é preciso levar em conta todo o histórico e individualidade de cada criança.

Sabemos que atualmente a inclusão escolar do deficiente intelectual tem ocorrido, muitas vezes, de forma errônea, apenas o integrando com as outras pessoas e o considerando incapaz de aprender ou trabalhar. Entretanto, esta inclusão é possível, desde que haja um preparo, não apenas da escola, mas também da família do deficiente.

Cabe à escola se preparar e se adaptar para receber esta criança, mas a família tem um papel fundamental na intervenção da educação da mesma, já que ela pode até mesmo orientar a escola sobre como lidar com a criança ou até mesmo esclarecer sobre a própria deficiência.

Para que esta inclusão escolar se torne possível e tenha sucesso, antes de tudo, a criança deficiente intelectual precisa estar incluída, também, na família. A família precisa entender o que é a deficiência e quão capaz essa criança pode ser, para que assim, tenha consciência de como será o desenvolvimento, a aprendizagem e até mesmo, para lidar com as expectativas em cima do deficiente.

Desta forma, a família pode e deve interferir na educação da criança com deficiência intelectual, desde que esteja bem informada e tenha consciência de que o foco principal é o desenvolvimento saudável da criança.

Entretanto, sabemos que muitas famílias, não recebem as informações necessárias sobre a deficiência do filho, e muitas vezes, ficam esquecidas ou acabam acreditando que o filho é um incapaz, o excluindo da vida social, da educação e do trabalho.

A pesquisa para este trabalho terá como objetivo apresentar o papel da família na educação da criança com deficiência intelectual, e, além disso, mostrar que a inclusão escolar desta criança é possível e que ela é capaz de aprender e se desenvolver, assim como as crianças não deficientes.

Esse trabalho se realizará através de pesquisas bibliográficas para que seja possível recolher dados importantes para a questão aqui trabalhada. Além disso, será feita a observação de uma escola inclusiva e como ocorre a inclusão lá, levando em conta o trabalho do professor e a relação dos alunos com as crianças portadoras de necessidades especiais. Alguns autores que discutem e estudam esse tema, a inclusão, foram selecionados para a utilização deste trabalho como: STAINBACK (2006), SKILIAR (2001), MANTOAN (1997), MAZZOTA (2003), MITTLER (2003) entre outros.

Para tal, o dividiremos em 4 capítulos, nos quais discutiremos a deficiência intelectual, conceito e características, a inclusão na família e na escola, o papel da família na educação do deficiente e para finalizar um exemplo de como a família pode interferir na educação do filho deficiente.

1. DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

1.1 Conceito

Muitos avanços ocorreram nas últimas duas décadas em relação a deficiência intelectual, desde a mudança de nomenclatura, que antes se apresentava como deficiência mental, como a forma na qual é avaliada e diagnosticada.

Antigamente, o deficiente intelectual era julgado como incapaz de aprender e se desenvolver cognitivamente, era considerado um retardado mental não capaz de viver em sociedade.

Porém, com o passar dos anos e com os avanços não apenas da medicina, mas dos estudos psicológicos o conceito de deficiência intelectual se transformou, assim como toda a forma de lidar com o deficiente.

A American Psychiatric Association (APA, 2002), que é a organização médica voltada para a saúde mental define a deficiência intelectual como “um comprometimento intelectual significativamente inferior à média, acompanhado de limitações importantes no funcionamento adaptativo em pelo menos duas das seguintes áreas de habilidades: comunicação, autocuidados, vida doméstica, habilidades sociais/interpessoais, uso de recursos comunitários, autossuficiência, habilidades acadêmicas, trabalho, lazer, saúde e segurança”.

Ou seja, não podemos diagnosticar uma pessoa como deficiente intelectual apenas com os testes de quociente intelectual (QI), elaborado por Alfred Binet e muito usado durante o século XX como única forma de diagnóstico.

Deve-se entender o funcionamento intelectual significativamente abaixo da média como: QI entre 70 e 75 ou menos, coexistindo com prejuízos nas habilidades adaptativas. Nessa perspectiva, o diagnóstico busca identificar as necessidades de apoio e suporte que deverão ser oferecidas pelo meio social. (RAIÇA 2006, p.23)

1.2 A deficiência intelectual ao longo da história

A preocupação em definir o que é e as causas da deficiência intelectual só surgiu no século XX, no qual encontramos Doll que em 1941 vem estabelecer 6 critérios para definir uma pessoa com deficiência intelectual: *1. incompetência social, 2. devida a subnormalidade mental, 3. resultante de uma paralisação no desenvolvimento, 4. a qual prevalece na maturidade, 5. é de origem constitucional, 6. e é essencialmente incurável.* (TELFORD; SAWREY, 1977)

Apenas em 1958, a AAMR (Associação Americana de Deficiência Mental), veio definir a deficiência intelectual, na época denominada *retardo mental*, como um funcionamento intelectual geral inferior à média, proveniente do período de desenvolvimento da criança e associado a prejuízos no comportamento adaptativo. (ASSUNPÇÃO JUNIOR; SPROVIERI, 2000)

Doze anos depois, Wert- Brecht denominou crianças com deficiência intelectual de *débeis mentais* e defendia que “[...] os *débeis* são pessoas em cujo cérebro não ocorrem muitas coisas” (ASSUNPÇÃO JUNIOR; SPROVIERI, 2000, p. 21).

Ainda no século XX um importante nome se destacou no campo da deficiência: Vygotsky. Para ele, era responsabilidade da psicologia entender e diferenciar o desenvolvimento das crianças ditas “normais” e das “anormais”.

Para Vygotsky, o atraso mental era consequência de um fator clínico e patológico. Porém, para ele, o foco não deveria ser nas limitações que essas crianças apresentavam, mas sim nas suas habilidades, visão esta que até hoje é seguida.

Segundo ele, as crianças consideradas “anormais” não eram menos desenvolvidas, apenas apresentavam peculiaridades que as diferenciavam das ditas “normais”.

Na concepção de Vygotsky, definir a deficiência intelectual dentro do campo das deficiências era o mais difícil, já que pode estar relacionada a questões hereditárias e orgânicas, por isso, ele dividiu a deficiência em três categorias:

[...] los idiotas, que no superan en su desarrollo el nivel de un niño de dos años, incapaces de utilizar herramientas e instrumentos y semi-incapaces de aprender el lenguaje; los imbéciles, que en su desarrollo no sobrepasan el nivel de un niño de entre dos y siete años, capaces de aprender los tipos más simples de trabajo, pero incapaces de hacer cualquier trabajo en forma independiente; por último, los débiles, con el grado más leve de debilidad mental, capaces de un aprendizaje relativamente rico y de la asimilación de material, pero que manifiestan una actividad reducida de las funciones superiores, un ritmo de desarrollo lento, y conservan los rasgos del intelecto infantil (del niño de doce años) durante toda su vida y requieren una educación especial en las escuelas auxiliares. Vygotski (1997, p. 202)¹

Atualmente a deficiência intelectual é definida como um estado de considerável redução da capacidade intelectual do indivíduo, que, nesse caso, apresenta-se abaixo da média, associada ainda a limitações em pelo menos dois aspectos do funcionamento adaptativo, como a comunicação, os cuidados pessoais, a saúde, as competências domésticas e escolares, as habilidades sociais, a utilização de recursos comunitários, a autonomia, segurança, lazer e ao trabalho. (BALLONE, 2010).

¹ [...] os idiotas, que não superam em seu desenvolvimento o nível de uma criança de dois anos, incapazes de utilizar ferramentas e instrumentos e semi-incapazes de aprender a linguagem; os imbecis, que, em seu desenvolvimento, não ultrapassam o nível de uma criança entre dois e sete anos, capazes de aprender os tipos mais simples de trabalho, porém incapazes de fazer qualquer trabalho de forma independente; por último, os débeis, com o grau mais leve de debilidade mental, capazes de um aprendizado relativamente rico e da assimilação de material, mas que manifestam uma atividade reduzida das funções superiores, um ritmo de desenvolvimento lento e conservam os traços do intelecto infantil (da criança de doze anos) durante toda sua vida e requerem uma educação especial nas escolas auxiliares.

1.3 Habilidades Adaptativas

Como já falado anteriormente, estas habilidades são fundamentais no diagnóstico da deficiência intelectual. São habilidades que todos nós possuímos, mas que os deficientes intelectuais não apresentam, ou se apresentam não há o funcionamento de todas.

São dez habilidades divididas em áreas específicas. Habilidades estas:

- Comunicação – é a área responsável não apenas pela comunicação entre as pessoas, mas também pela compreensão e expressão de uma emoção. Esta habilidade é muito importante para que se haja uma interação social.
- Habilidades Sociais/Interpessoais – vem representar a interação com as outras pessoas, sabendo como responder as convenções sociais, dando respostas positivas e negativas quando necessárias. Além disso, nesta habilidade entra o cumprimento das leis, o controle das emoções e os comportamentos sociais adequados.
- Habilidades Acadêmicas – esta habilidade é a responsável pelo aprendizado escolar, na qual se utiliza da capacidade intelectual e na aplicação de seus conhecimentos. O objetivo maior não é apenas aprender para passar de série na escola, mas sim, adquirir conhecimentos para tornar-se independente, não apenas nesta habilidade, mas nas outras também.
- Autocuidado – está relacionada ao próprio cuidado e organização, isto é, nesta área, falamos da higiene, alimentação e aparência. Aqui não é apenas a imagem da pessoa que está em questão, mas também o seu autoconhecimento.
- Autossuficiência – habilidade que traz o saber solucionar problemas em situações do cotidiano e lidar com situações novas. É saber fazer escolhas e se organizar no tempo, sabendo priorizar as coisas.
- Vida Doméstica – é a habilidade ligada às coisas do lar, como cuidar das vestimentas, compras, limpeza da casa e bens pessoais. É saber preparar sua própria comida e cuidar da segurança do lar.

- Trabalho – está ligada à obtenção de trabalho e a manutenção do mesmo. Nesta habilidade é preciso saber respeitar horários e a usar adequadamente o dinheiro; é saber ir e voltar do trabalho sozinho e lidar com situações que fujam do cotidiano de uma forma pacífica.
- Lazer – está ligada ao interesse por entretenimentos. É saber escolher o que fazer nos momentos ociosos e usar o seu tempo livre com pessoas ou sozinho, tendo como objetivo o divertimento. Aqui é possível observar quais suas preferências pessoais e a capacidade de escolhas, além da própria adaptação da pessoa à diferentes situações.
- Saúde e Segurança – esta habilidade está vinculada a própria saúde do indivíduo, ou seja, vem acompanhada de hábitos saudáveis, como alimentação, prevenção de acidentes e doenças e como lidar com as enfermidades. Quando falamos em segurança, nos referimos as regras e leis que regem uma vida sem risco, como atravessar na faixa de pedestre, por exemplo.
- Uso de Recursos Comunitários – esta habilidade está relacionada ao comportamento do indivíduo perante aos recursos da comunidade, como pegar um transporte público ou ir ao médico. Como se comportar em uma biblioteca ou como fazer compras em um supermercado.

1.4 Diagnóstico

O diagnóstico da deficiência intelectual deve ser feito até os 18 anos de idade e quanto antes for feito, melhor será a intervenção em relação à educação, saúde e cuidados com o indivíduo, para que assim leve uma vida saudável e até mesmo independente.

Este diagnóstico deve ser feito por um psicólogo, porém o essencial seria ter uma equipe multidisciplinar, para que juntos possam avaliar e chegar ao resultado.

Muitos são os fatores que podem levar a instalação da deficiência, podemos dividi-los em três: pré-natais, perinatais e pós-natais.

Os pré-natais acontecem desde a concepção até o início do trabalho de parto e muitas podem ser as causas, como desnutrição materna, doenças, uso de álcool e drogas durante a gravidez, poluição ambiental e fatores genéticos.

Já os perinatais ocorrem desde o trabalho de parto até o trigésimo dia de vida da criança, e podem ser decorrentes por complicações no parto. Enquanto os pós-natais incidem após o trigésimo dia de vida até o final da adolescência e pode ser consequência de infecções, desnutrição, doenças e acidentes.

Não podemos esquecer que, muitas vezes, o responsável por observar algo de diferente na criança e no adolescente é o próprio professor, que deve encaminhar este aluno para um psicólogo, para que assim o diagnóstico correto seja feito. Tendo o laudo na mão, esta criança e/ou adolescente já deve ser encaminhada para os tratamentos e acompanhamentos corretos.

As suspeitas do professor do professor devem ser acolhidas pela equipe técnica da escola, ou seja, é importante que se tomem providências para que a criança possa passar por diagnóstico e, em caso de confirmação de deficiência ou qualquer outra dificuldade, seja encaminhada para tratamento ou para algum serviço de apoio. (RAIÇA, 2006)

1.5 Deficiência intelectual X doença mental

Um ponto importante para se tratar quando falamos de deficiência intelectual é a diferença entre ela e a doença mental.

Muitas pessoas acham que são a mesma coisa e que ambas são curadas com tratamentos psicológicos e psiquiátricos. Entretanto, tratam-se de coisas diferentes. O deficiente intelectual pode chegar a desenvolver uma doença mental, porém, o doente mental, não precisa necessariamente ser um deficiente intelectual.

A deficiência intelectual não é uma doença e dessa forma, não há cura. Nesta *há o rebaixamento quantitativo das funções psíquicas, que é percebido, normalmente, logo nos primeiros anos de vida (PRIOSTE, 2006).*

As pessoas com deficiência intelectual, em sua maioria, não distorcem a realidade, e são amáveis e comunicativas; capazes de atender ordens e assumir responsabilidades.

Enquanto os doentes mentais apresentam falhas nas suas funções psíquicas. Em sua maioria, apresentam distúrbios na afetividade, na sensopercepção e na qualidade do pensamento. Sua parte intelectual quase sempre é preservada.

Esta confusão torna-se frequente devido a antiga nomenclatura, a não muito tempo a deficiência intelectual era conhecida como deficiência mental.

Saber diferenciar estas duas é de extrema importância, pois em alguns casos, o deficiente intelectual que desenvolve uma doença mental acaba não recebendo o tratamento adequado para esta segunda, já que os sinais e sintomas da doença acabam passando despercebidos ou até mesmo, sendo confundidos com características da deficiência.

2. A INCLUSÃO DO DEFICIENTE INTELECTUAL NA FAMÍLIA E NA ESCOLA

A escola torna-se uma grande aliada da família que tem um membro com deficiência intelectual, pois ela pode trazer as informações e até mesmo o conforto que pais despreparados precisam.

Por isso, família e escola precisam caminhar juntas, uma ajudando a outra. Porém o que, muitas vezes acontece é a escola trabalhar sozinha, sem apoio dos pais.

A pessoa deficiente não é diferente em casa com a família ou na escola como aluna, ela é a mesma nos dois ambientes, e precisa de uma atenção especial em ambos os lugares.

Dessa forma, a questão da inclusão não apenas na escola, mas também na família ganha grande importância, pois através desta, pode haver uma melhor aceitação da criança deficiente.

Para que haja realmente uma integração é preciso que se tenha uma aceitação, como diz SCHWATZMAN (1997, p. 63)

Defender a ideia de que é possível integrar um portador de algum tipo de deficiência à nossa sociedade implica em aceitar a possibilidade de que este indivíduo, uma vez integrado, terá acesso aos serviços, facilidades, mercado de trabalho, escolas, lazer, etc. Seria de se esperar que este indivíduo, inteiramente integrado, fosse capaz de uma vida produtiva, independente e que fosse aceito pela sociedade em todos os níveis de atuação.

Mais que integrar é preciso incluir, essa criança precisa fazer parte da família, não apenas com o fato de ali estar, mas com participação ativa.

É preciso que família e escola falem a mesma língua e se dirijam para a criança com deficiência intelectual da mesma maneira, dessa forma o trabalho terá mais resultado e pode haver até mesmo avanços.

A integração ou inclusão, certas vezes, acontecem na escola e dentro de casa não. Os pais por despreparo ou por ainda não aceitarem a deficiência do filho acabam o isolando ou o excluindo dos assuntos e da vida familiar.

Segundo MADER (1997, p. 45):

Pessoas portadoras de deficiência são estigmatizadas, o estigma cria preconceitos que, por si, geram medo, e o medo provoca ignorância e afastamento.

São esses fatores que fazem as famílias, mesmo tendo acesso a mais informações, não aceitarem, ou muitas vezes, terem medo de aceitar a deficiência do filho.

É aqui que a escola deve agir, fazendo com que esses pais percam o medo, busquem conhecer seu filho, não apenas a deficiência, mas entender como o seu filho pensa e age.

Não basta conhecer a deficiência, os pais precisam conhecer seu filho, assim como com os filhos ditos normais, nos quais, a mãe percebe quando está triste, insatisfeito, doente ou até mesmo feliz.

É possível observar tudo isso em uma criança com deficiência intelectual, basta entendê-la e perceber que ela tem um jeito todo particular para expressar tudo o que sente.

Dessa forma a família poderá se unir mais em prol dessa criança e assim haverá uma integração entre todos os membros da família, onde todas as diferenças são aceitas.

Mencionando MADER (1997, p. 44) *“um sistema pode ser denominado integrado se todas as suas partes estão interagindo de uma forma harmônica, para que haja um processo complementar e enriquecedor.”*

Não haverá assim apenas uma integração escolar, mas uma integração entre família e escola e o trabalho de ambos poderá trazer resultados melhores e mais eficazes.

Nos deparamos com outro grande problema que traz como consequência a não aceitação dos pais e a falta de profissionais especializados na escola: o despreparo.

Como diz MADER (1997, p. 47) *“não estamos ainda prontos para imaginar o convívio cotidiano com pessoas diferentes. Fomos acostumados durante séculos que igual combina com igual”.*

A escola ainda não está totalmente pronta para receber crianças com necessidades especiais e os pais ficam cada vez mais perdidos.

Porém, é na escola que eles, muitas vezes, esperam ter um apoio ou informações de como devem lidar com o filho deficiente e com toda essa questão do diferente e do novo.

O despreparo da escola e dos professores não está apenas em atender a criança com necessidade especial, mas também os pais. Há uma barreira entre esses pais e os professores que não sabem como agir e como se voltar aos pais para falar sobre seus filhos.

A relação entre pais e professores pode ser tranquila, porém distante, havendo uma tensão natural entre eles, que torna-se, muitas vezes, inevitável, devido ao despreparo do professor e à todo o histórico escolar que a família carrega.

Muitos pais acabam passando por diferentes escolas, enfrentando diferentes dificuldades, preconceitos e despreparo; por isso, ao chegar em um lugar novo ficam apreensivos, sem saber como será sua relação com o professor e deste com o seu filho.

É sabido que a relação entre pais e professores torna-se muito importante no processo escolar e ainda mais quando falamos na educação de uma criança deficiente intelectual.

Tendo isso em vista, qualquer estratégia de aproximar o trabalho dos professores e dos pais é válida, pois havendo uma parceria entre ambas as partes o trabalho com a criança portadora de necessidade especial terá mais chance de ter um sucesso e da criança se desenvolver.

Segundo Mittler (2003 p. 205) *“Inventar modos novos de trazer os professores e os pais para uma relação de trabalho melhor é válida para a própria causa e também beneficia todas as crianças, os pais e os professores.*

Essa relação entre pais e professores além de influenciar na aprendizagem da criança pode ajudar a promover uma inclusão social e conseqüentemente, uma inclusão escolar, o que é muito importante, principalmente para aqueles pais que sofrem com a exclusão social, ou seja, que vivem o preconceito ainda existente na sociedade moderna.

O que deve ser levado em consideração é que não é a criança que deve mudar para conseguir se enquadrar na família ou ser matriculado na escola, mas sim família e escola devem estar abertas à mudanças, pois sem elas não há inclusão. A escola precisa estar aberta para receber qualquer tipo de aluno, sendo deficiente ou não.

Quando a escola estiver realmente aberta a atender os diferentes alunos a inclusão pode se tornar algo possível, mas como já comentado, cabe aos pais também fazerem com que haja essa mudança e assim aconteça uma inclusão.

Um problema que encontramos é que os próprios pais dificultam a inclusão, por não aceitarem a deficiência de seus filhos. Querem que seus filhos acompanhem a escola, não levando em conta suas limitações.

A atitude desse tipo de pais dificulta a efetuação de uma inclusão escola, isto porque, a escola não tem total liberdade para trabalhar com essa criança respeitando todos os seus limites e quando isso acontece, quem não aceita são os pais.

2.1 Escola dos diferentes ou escola das diferenças?

Atualmente encontramos diferentes questões sobre a inclusão escolar. Como já comentado a questão de pais e escola trabalharem juntos é fundamental, porém a forma como a escola enxerga a inclusão também é muito importante.

O que encontramos são escolas que não incluem, isto porque enfatizam as diferenças de algumas crianças como algo negativo, deixando claro que algumas crianças apresentam necessidades especiais e outras não.

Isso não é uma escola inclusiva, segundo MANTOAN *“nas escolas inclusivas, ninguém se conforma a padrões, que identificam os alunos como especiais e normais, comuns. Todos se igualam pelas suas diferenças”*.

Tendo em vista esse pensamento, uma escola inclusiva, na qual podemos chamar de escola das diferenças vem mostrar que somos diferentes, não apenas por ser portador de alguma necessidade especial ou não, mas porque viemos de famílias diferentes, de culturas diferentes e com valores diferentes.

Tendo uma escola das diferenças estaremos não apenas colocando em prática a inclusão escolar, mas também, futuramente, a inclusão social, já que os alunos desta escola também vivem em sociedade.

2.2 A inclusão do deficiente intelectual na escola

A inclusão das crianças com deficiência nas escolas é um direito, porém tem-se observado que não há um preparo e nem uma sensibilização dos profissionais envolvidos para receber este aluno, o que causa grandes transtornos, já que todo o problema é considerado consequência da criança e não do processo educativo falho.

É perceptível que a escola encontra grande dificuldade para estabelecer as mudanças necessárias para se adequar não apenas aos alunos com deficiência intelectual, mas com todo tipo de deficiência.

Entretanto, a inclusão do deficiente intelectual é a que apresenta uma maior resistência dos profissionais envolvidos na área da educação, já que até hoje, muitos acreditam que a inclusão social para estes já basta, pois não se adequariam aos objetivos tradicionais de aquisição da leitura e da escrita e de cálculos. Porém, o que os professores não percebem é que é preciso haver uma observação sobre o desenvolvimento da criança como um todo, valorizando assim suas potencialidades e não o seu fracasso.

Frequentemente encontramos professores com a ideia de que a inclusão deveria ser realizada somente no âmbito social, já que no "pedagógico" nada seria possível fazer. Infelizmente, a visão de aprendizagem reduzida unicamente às habilidades de leitura, escrita e cálculos tem causado muitos transtornos aos educadores, que raramente conseguem observar a evolução no desenvolvimento da criança como um todo, pois se encontram ancorados em aspectos tradicionalmente valorizados pela escola. (PRIOSTE, 2006)

Outro empecilho que os educadores colocam é em relação ao comportamental, isto porque, muitos acreditam, que os deficientes intelectuais são agressivos. Esta crença, só aumenta a distancia na relação entre aluno e professor.

A criança com deficiência intelectual, assim como qualquer criança apresenta suas particularidades e por isso, cada aluno deve ser considerado como ser único,

sendo respeitada sua individualidade. Assim, para os que apresentam tal comportamento, deve haver uma orientação do professor em relação as regras de convívio social.

Outro ponto a se destacar é: não adianta a escola se reestruturar, mas o professor continuar carregando consigo estereótipos e preconceitos. Por isso, cabe ao professor buscar se atualizar e se informar.

Isto já vem acontecendo na formação de professores, no curso de pedagogia, já há disciplinas voltadas à área da inclusão; em relação aos professores com experiência e formação existem cursos especializados, basta eles procurarem.

Uma reclamação frequente dos professores, além de não sentirem-se preparados é a falta de apoio da escola. Isto porque, a escola apenas acolhe o aluno para não desrespeitar a lei, porém não se preocupa em dar suporte ao professor e muito menos ao aluno.

Por fim, escola e professores precisam entender que qualquer profissional que trabalhe na área da educação precisa estar apto para atender alunos não apenas com deficiência intelectual, mas com qualquer deficiência. Além disso, necessitam compreender que se o trabalho será bom para o deficiente, será ainda melhor para os ditos normais.

3. O PAPEL DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO DO DEFICIENTE INTELECTUAL

A família tem um papel fundamental na educação das crianças, e isso não é diferente quando nos referimos as crianças com deficiência intelectual.

Antigamente, a própria família assumia um papel de repressora, pai e mães excluía seus filhos de toda a vida social e escolar. Os consideravam incapazes de aprender.

O tempo foi passando e as famílias começaram a receber maiores informações de como proceder com as crianças; informações estas vindas de médicos e funcionários de instituições voltadas ao atendimento de deficientes intelectuais.

Atualmente, com a inclusão escolar, encontramos um quadro diferente. Muitas escolas e professores não estão preparados para atender tal demanda e, os pais, acabam sendo os principais responsáveis na educação dos seus filhos deficientes.

Cabe a eles, os pais, orientarem a escola, levarem sugestões e até mesmo acompanharem seus filhos em sala de aula. Por isso, muito do sucesso alcançado por essas crianças, também é mérito de seus pais.

Para podermos entender melhor o real papel da família na educação do deficiente intelectual, e preciso levar em conta os diferentes tipos de famílias, pois são as características dela que definirão qual o impacto que ela causará no processo educativo do deficiente.

Com a evolução da sociedade, o padrão familiar também mudou. A educação que era dada pelos pais, foi cada dia mais, transferida para à escola.

Estas mudanças afetam ainda mais as famílias com filhos deficientes intelectuais. O impacto de ter um filho que vem contra todas as expectativas dos pais é muito grande e acaba afetando também outros membros da família.

No primeiro momento, sentimentos de culpa e muitas dúvidas cercam estes pais, que agora precisam adequar-se a chegada do novo filho que foge dos “padrões de normalidade”.

Em seguida surge a insegurança, já que, muitas vezes, os pais antecedem os fracassos de seu filho, fazendo com que a família não acredite em um maior desenvolvimento, tanto cognitivo, quanto social.

É preciso de um tempo para entender a deficiência da criança e assimilar tudo o que está acontecendo. Apenas depois disso a família conseguirá refletir e procurar caminhos para o filho deficiente.

Sabemos que a forma como a família receberá o deficiente intelectual é que fará toda a diferença no seu desenvolvimento pessoal, social e cognitivo. Quando conseguem sair do luto, trazem consigo uma vontade enorme de ver seus filhos crescerem e se desenvolverem.

As famílias que conseguem entender e aceitar a deficiência são as que mais acreditarão no potencial de desenvolvimento do deficiente intelectual e assim, darão oportunidades e incentivos para que haja o seu crescimento.

Observa-se que as famílias que melhor lidam com a questão da deficiência, independente da situação socioeconômica, são as que mais acreditam na possibilidade de desenvolvimento da pessoa com deficiência mental e facilitam-lhe o crescimento. (PRIOSTE 2006, p.67)

Antes de a criança atingir a idade escolar, cabe a família procurar acompanhamentos e estimulações adequadas para que assim já haja um desenvolvimento motor e social da criança.

Em seguida, começa o processo escolar. Quando a criança com deficiência intelectual entra na escola ninguém sabe o que esperar do seu desenvolvimento e é aí que está o grande segredo: não criar expectativas, mas acreditar nas suas reais potencialidades.

Os pais que assim fazem, não se frustram e também não frustram os seus filhos, que, algumas vezes, ficam decepcionados em dobro: por não conseguirem e por saberem que não conseguiram alcançar aquilo que seus pais desejavam.

Ao matricular o filho deficiente intelectual na escola eles precisam deixar isso bem claro, ou seja, que a escola precisa estimular e exigir da criança de acordo com a sua potencialidade e o seu desenvolvimento.

Assim feito, cabe aos pais acompanharem todo o processo educativo, continuando em casa aquilo que está sendo feito na escola.

Além disso, os acompanhamentos fora da escola tornam-se fundamentais para que a criança consiga se desenvolver mais. E são os pais, os responsáveis principais na ligação entre a escola e os demais profissionais envolvidos e na continuidade de todas as atividades feitas por ambas as partes.

Agindo desta maneira, os pais além de estimularem o desenvolvimento de seus filhos deficientes, também os estão tornando mais independentes e os preparando para futuramente serem capazes de trabalhar e assumir responsabilidades.

Os pais precisam entender que algumas frustrações acontecerão, mas não porque o filho é deficiente e sim porque são elas que ajudam qualquer ser humano a se desenvolver.

Segundo PRIOSTE 2006, p.67:

Incluir o deficiente no processo educacional e na vida profissional exigirá dele um comportamento mais independente, mais autônomo, que o levará a vivenciar situações do dia a dia imprescindíveis para o desenvolvimento.

Com tudo isso, a comunicação entre os pais e a escola torna-se aqui ainda mais importante. A família precisa constantemente saber como anda o desenvolvimento da criança na escola, pois só assim saberá o que esperar dela em casa e o que exigir também.

E quando não estiver de acordo com a forma na qual a escola está trabalhando deve ir conversar, não para brigar, mas para entrar em um acordo e buscar novas alternativas.

Esta parceria, entre família e escola, oportunizará situações de aprendizagem não só cognitiva, mas também afetiva-social. Por isso, deve ocorrer de forma harmoniosa e sincera, ou seja, ambos devem ser transparentes, principalmente quando o assunto for o desenvolvimento da criança.

Com esta relação todos estarão ganhando, o que, infelizmente, muitas escolas não enxergam, pois acreditam que os pais não entendem sobre desenvolvimento. Cabe a estes pais abrirem os olhos de tais instituições e mostrarem que não estão ali para criticar ou para julgar seus profissionais, mas sim para falar o que sabem sobre o seu filho e sobre a deficiência dele e desta forma, ajudar no seu desenvolvimento.

3.1 A superproteção na educação do deficiente intelectual

É comum que pais de deficientes intelectuais sejam superproterores, porém sabemos que isso pode atrapalhar o processo educativo da criança. Os pais, muitas vezes, acabam se contradizendo, onde o não acaba sempre virando um sim. Acreditam que desta maneira estarão sempre mantendo seus filhos por perto, porém, se esquecem, que agindo assim, não estarão traçando limites claros para esta criança.

A susperproteção dentro das família de deficientes intelectuais aparece, muitas vezes, pela incerteza dos pais em relação ao futuro de seus filhos. O que precisa ser refletido por esses pais é: vocês também já não se frustraram ou passaram por dificuldades?

O que eles precisam entender é que decepções serão inevitáveis, a diferença é que seus filhos deficientes, talvez, terão mais tentativas e todo o processo acontecerá mais lentamente.

Em contrapartida com isso, encontramos também aquelas pais que acreditam que seus filhos são dependentes deles, entretanto, o que acontece é a codependência desses pais. A codependência é gerada pela superproteção, e é quando os pais acabam ficando dependentes de seus filhos.

Segundo MACEDO (2002), *“a codependência refere-se a um tipo de relação na qual o que cuida torna-se dependente do que é cuidado, fazendo com que esse não possa sair desta posição”*.

Isso é muito comum ocorrer quando a criança começa a frequentar a escola e os pais passam a perceber que ela está mais independente. Para eles, que sempre se dedicaram ao filho surge um sentimento de perda; estão perdendo o ser que sempre protegeram e agora o que farão?

O que realmente precisa ficar claro é que tanto superproteção, quanto a codependência dificultam o processo de desenvolvimento da criança com deficiência intelectual, tanto cognitivo, quanto afetivo e social. Por isso, o papel dos pais torna-se muito importante, eles precisam oportunizar seus filhos a crescerem e não o contrário: reprimir as frustrações para que assim eles não sofram. Aprender dói e é difícil, não apenas para os deficientes intelectuais, mas para todos os seres humanos.

4. A FAMÍLIA E A EDUCAÇÃO: UM EXEMPLO A OBSERVAR

Para ilustrar tudo o que foi dissertado até aqui, usaremos o exemplo de Pedro, um jovem de 20 anos, que terminou há pouco tempo o Ensino Fundamental II. Ele é um jovem de classe média e sempre teve o apoio dos pais e da família, até mesmo antes de sair o seu diagnóstico.

Pedro tem VNI (variação normal de inteligência), e não consegue se enquadrar em muitas das habilidades adaptativas. Seu diagnóstico foi um pouco tardio e desta forma, ele não foi estimulado adequadamente desde a infância. Além disso, também toma remédio para epilepsia e sofre de ausências.

Desde pequeno, algo de diferente foi percebido em Pedro, os pais notaram que ele não estava se desenvolvendo igual aos outros dois filhos do casal. E em uma conversa com a coordenadora responsável pela educação infantil que ele frequentava, chegaram ao acordo de deixa-lo mais um ano no pré III, para que assim amadurecesse e conseguisse acompanhar a primeira série. Nesta época, acreditavam que ele tinha apenas uma dificuldade de aprendizagem:

“Nós observamos que ele precisava amadurecer porque não estava tendo um desenvolvimento propício à sua idade, pois já tínhamos dois filhos e podíamos comparar. Além disso, ele não tinha ainda o controle dos esfíncteres e isso nos preocupava. E ele fazia acompanhamento psicopedagógico e com tudo isso, resolvemos conversar com a coordenação” – Maria, mãe de Pedro

Aos oito anos de idade, Pedro foi para a primeira série do Ensino Fundamental I, neste momento, suas limitações passaram a aparecer mais. A maioria das crianças de sua sala já eram alfabetizadas e Pedro mal conseguia escrever o seu nome.

Os pais, apesar de acompanhar a vida escolar do filho, acreditavam que tudo corria bem, pois não havia maiores reclamações e sugestões da escola, até que um dia, em uma conversa informal com o seu filho sobre o que ele fez na escola, descobriram que a professora o chamara de burro perante a sala inteira, pois ele não foi capaz de fazer um ditado, tirando zero.

Foi neste momento que os pais perceberam que precisariam de algo mais, não apenas a escola. Conversaram com a professora e a coordenação que admitiram o

erro e se julgaram incapazes de trabalhar com a criança: - *“eu senti a exclusão quando ele foi para a primeira série, a pré-escola era da mesma escola, a coordenação da pré escola acompanhava e quando ele chegou no outro ciclo parecia que a escola não sabia de nada. Quando a coordenadora me falou que ele não tinha pré-requisitos para frequentar aquela escola questionei que então a pré-escola não preparava o aluno, nós confiávamos plenamente na escola”*, relata Maria.

Na época, a questão da inclusão ainda era pouco discutida e, desta forma, os pais optaram em escolher uma escola menor, para que assim, a professora pudesse dar uma maior atenção a Pedro:

“Nós optamos pela escola menor porque tinha menos aluno na sala e o aprendizado era mais pessoal e na escola grande era impessoal e a metodologia apresentada era diferente.” – José, pai de Pedro

Além disso, passaram a leva-lo em fonoaudióloga e psicopedagogas, sempre fazendo um paralelo entre os especialistas e a escola, Entretanto, ainda não tinham o diagnóstico definitivo do seu filho. Não sabiam com o que estavam lidando e até que ponto a criança iria evoluir.

Correram atrás de muitos especialistas, pesquisaram sobre inclusão e diferentes tipos de escolas. Até encontrarem uma escola inclusiva Montessoriana e foi ali que sentiram que seria o melhor lugar para Pedro.

“A neurologistas que acompanhava ele na época indicou a escola e fomos conhecer, porque na outra escola, apesar de pequena o ensino era tradicional, enquanto ele estava nesta escola menor, foi o período em que estávamos fazendo as pesquisas e buscando diagnósticos no Hospital das Clínicas.

Quando chegamos na escola Montessoriana primeiro quiseram conhecer Pedro, para saber quais eram seus interesses e se ele tinha alguma autonomia. Assim, me senti acolhida pela escola, senti que a escola estava acolhendo meu filho, não estavam preocupados em saber no que eu pensava, queria saber do Pedro, eles quiseram sentir ele. E foi aí que vieram conversar comigo sobre a nossa ansiedade como pais de ficar cobrando coisas do filho, que lá trabalhariam com o seu potencial. Também me explicaram que lá não era uma escola especial e sim inclusiva.” – Relata Maria

O Sistema Montessoriano foi criado por Maria Montessori, na Itália, no qual, as atividades partiam do concreto e de situações do cotidiano.

O matricularam na escola, na qual Pedro estudou até se formar no Ensino Fundamental II. Nesta escola tinham liberdade para questionar e recebiam sempre a devolutiva sobre o desenvolvimento de Pedro. Foi nesta época também, que descobriram que seu filho era limítrofe, ou seja, explicaram para eles que, Pedro aprenderia coisas mais intelectuais até certo ponto, porém, seria capaz de aprender coisas do cotidiano e assim poderia se tornar um pouco mais independente.

A escola estava sempre aberta para ouvir os pais, dessa forma, Pedro era avaliado de uma maneira diferente, suas provas eram orais e sua participação e empenho era o que mais contava na hora da avaliação.

Porém, ele levava trabalhos e lições para casa como os demais alunos da escola: *“eu não falava que tinha lição, quando minha mãe perguntava eu falava que tinha. Daí quando tinha mandavam eu tentar fazer sozinho, quando não conseguia, me ajudavam a fazer”*. – diz Pedro.

Pedro passou a adorar a escola e participou de todas as atividades, inclusive viagens e baile de formatura. O pai de Pedro sentiu-se muito satisfeito e feliz com a escola na qual o filho estudou:

“O que eu gostava do colégio era a metodologia e que eles trabalhavam muito com o concreto o que é um grande diferencial e as atividades da escola com a família também era muito importante, eram atividades inclusivas né.”

Atualmente, os pais sabem que Pedro tem uma variação normal de inteligência. Em um primeiro momento, tentaram coloca-lo em um supletivo, com a esperança de que ele concluísse o Ensino Médio, porém viram a frustração do jovem de não conseguir acompanhar e de repetir o primeiro ano. Entenderam que não é isso que fará o filho se desenvolver mais.

A mãe de Pedro complementa:

“Ele sendo VNI, está no meio termo, foi muito difícil, porque dentro do processo de inclusão, não só na escola, mas também no trabalho, ele não se enquadra no processo inclusivo.”

Por estarem sempre acompanhando Pedro, notaram sua aptidão e gosto pela música, e então colocaram Pedro em uma escola de música. Hoje Pedro toca violão e faz aula de canto. Já consegue ler e se fazer entender através da escrita. Sua mãe fez um cartão de ônibus e o está ensinando a ir para casa sozinho.

Os pais sabem que com Pedro será sempre um passo de cada vez, mas demoraram para descobrir que não se pode criar expectativas, que é preciso apenas deixar acontecer, dando os estímulos e apoio necessários.

Nunca esconderam de Pedro a dificuldade que ele tem, por isso, ele sabe que não é igual aos demais da sua idade, entretanto, ele entende que pode aprender ainda muita coisa.

Também não deixaram de impor limites e regras para ele desde pequeno, pois entenderam que não é sua deficiência que o fará diferente e que as normas foram feitas para todos cumprirem: *“eu espero que ele seja independente e que a partir de agora ele comece a viver novas experiências e ter autonomia de ir vir, de administrar sua própria vida. Que ele prossiga nos estudos, porque a lei de inclusão independe do nível cognitivo da pessoa”*, diz a mãe de Pedro

Os pais também estão aprendendo a lidar com situações novas, como namoro, saídas desacompanhadas e crises que todo adolescente tem. Além disso, Pedro sabe que pode contar com os dois irmãos mais velhos, que também o acompanharam durante toda sua jornada escolar, o auxiliando nos trabalhos e o ajudando a estudar para as avaliações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há muito para se falar quando discutimos sobre a deficiência intelectual dentro do âmbito familiar, porém o que mais pudemos observar é o quanto a família pode ser responsável pelo desenvolvimento educacional do filho deficiente.

Para isto, é preciso que os pais entendam a deficiência do filho e o aceitem da maneira que ele é, sem fazer grandes planos ou criar expectativas. Além disso, é preciso trabalhar em cima do que ele é capaz e não de suas limitações.

A família na atualidade está muito mais aberta e disposta a incluir o filho deficiente, corre atrás de informações e leva a criança aos atendimentos especializados adequados, o que faz com que ela se desenvolva cada vez mais.

É preciso entender que o fato de ser deficiente intelectual não torna a pessoa uma incapaz, pois se receber os estímulos certos, a criança pode se tornar posteriormente um adulto capaz de assumir responsabilidades e ter alguma independência.

Superproteger o filho deficiente é querer que ele não se desenvolva, é a maior demonstração de não aceitação da deficiência do filho. Os pais precisam deixar que seus filhos se frustrem e cometam erros, para que assim ele possa ter um amadurecimento sadio, assim como qualquer outra criança.

Além disso, podemos concluir que na maioria das vezes, a codependência dos pais é tão grande que acaba prejudicando não apenas o desenvolvimento cognitivo, mas também social da criança.

Entretanto, não basta apenas a família trabalhar sozinha, é necessário que haja uma interação entre família e escola, para que assim possam falar a mesma língua e chegar à caminhos adequados visando sempre o desenvolvimento da criança, levando sempre em conta suas potencialidades e jamais pontuando suas limitações.

Através do exemplo citado pudemos observar que realmente a participação dos pais é muito importante, que pais empenhados geram filhos seguros, independente da deficiência.

Acreditamos que o estudo em relação à deficiência intelectual ainda tem muito a crescer, assim como o desenvolvimento da criança está sendo dado um passo de cada vez.

O apoio da família já é um dos passos, pois através deste a questão da inclusão tem sido cada dia mais discutida, pois os pais correm atrás dos direitos de seus filhos e isso faz com que a sociedade se movimente.

Ter um filho deficiente é aprender a olhar a sociedade e a própria vida de uma maneira diferente. É entender que não é possível dar um passo maior que a perna, e mais do que isso, é perceber que cada um tem seu tempo e que todos, sem exceção, tem limitações, porém também possuem habilidades, que muitas vezes, ficam escondidas, ofuscadas pela falta de oportunidade e estímulos adequados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSUMPÇÃO JUNIOR, F. B.; SPROVIERI, M. H. Introdução ao estudo da deficiência mental. São Paulo: Memnan, 2000.

BEYER, Hugo Otto. Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades especiais. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér (org). *A integração de pessoas com deficiência: Contribuições para uma reflexão sobre o tema*. São Paulo: Memnon: Editora SENAC, 1997.

MANUAL *diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM-IV-TR)*. 4. ed. Tradução Cláudio Dornelles. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. *Educação especial no Brasil: história e políticas públicas*. 4ª edição – São Paulo: Cortez, 2003.

MACHADO, Maria Luiza Gomes; PRIOSTE, Claudia; RAIÇA, Darcy. *10 Questões sobre a educação inclusiva da pessoa com deficiência mental*. 1ª edição – São Paulo: Avercamp, 2006.

SKILIAR, Carlos (org.). *Educação e exclusão: abordagens sócio- antropológicas em educação especial* – Porto Alegre: mediação, 1997.

STAINBACK, Susan. STAINBACK, William. *Inclusão: um guia para educadores* – Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

TELFORD, W. Charles; SAWREY, M. James. *O indivíduo excepcional*. 5. ed. Nova Jersey: Livros Técnicos e Científicos, 1977.

VYGOTSKI, Lev Seminóvic. Obras Escogidas. Fundamentos de Defectología. Madrid: Visor, 1997. Tomo V.